

Os Festivais de Cinema de Penedo (1975-1982): impactos para o turismo local

SÉRGIO ONOFRE SEIXAS DE ARAÚJO[1]

ÁNDELLI D'MARA SANTOS DA GRAÇA[2]

O presente trabalho busca refletir sobre o Festival Brasileiro do Cinema de Penedo. Realizado com a pretensão de contribuir para o desenvolvimento da atividade cinematográfica naquela região, o Festival realizou-se por oito anos consecutivos (de 1975 a 1982). Este texto busca recuperar um momento histórico-cultural importante para aquela cidade que protagonizou, naquele período histórico, o mais importante evento cinematográfico da região Nordeste, evento este que colocou a pequena, ribeirinha e histórica cidade são-franciscana como um dos mais importantes destinos turísticos da região.

Palavras Chave: Cinema; Festival; Turismo; Desenvolvimento local.

A histórica cidade de Penedo, edificada às margens do rio São Francisco, transformou-se, a partir de meados da década de 70, num importante polo aglutinador dos artistas, realizadores, produtores e aficionados da sétima arte, tornando-se uma referência nacional e atraindo grandes contingentes de pessoas à cidade em função daquele evento.

Propagado pela imprensa local como uma “das maiores promoções culturais já realizadas no Estado” (GA: 10/1/1975, p. 1), constituir-se-ia, o Festival Brasileiro de Cinema, para seus realizadores, num elemento propulsor do desenvolvimento local, pela via do turismo de eventos. Nas palavras do então prefeito Alcides Andrade, “a partir dele [do Festival], o turismo [tomaria] mais impulso, carreando recursos para a cidade e conseqüentemente trazendo novos empregos” (GA: 10/1/1975, p. 1). Já segundo o professor Ernani Mero, o festival passara a significar “a redescoberta de Penedo depois de quase 400 anos de anonimato”. Configurou-se numa “das maiores oportunidades [...] em termos turísticos e culturais” (GA: 10/1/1975, p. 8).

Turismo e turismo de eventos

Pensar e refletir sobre o Festival Brasileiro de Cinema de Penedo como contributo para o desenvolvimento local pela via do Turismo de Eventos pressupõe refletir sobre esta modalidade turística, explicitando seu conteúdo conceitual.

Assim, partimos da perspectiva de Beltrão (2001, p. 17), que compreende o turismo como “o conjunto de todas as atividades sociais, culturais, políticas, econômicas e naturais que envolvem pessoas se deslocando pelos mais diversos lugares em busca de outros destinos desconhecidos ou não, com uma permanência temporária”.

Nesta perspectiva é possível afirmar que a prática do turismo já podia ser observada desde os povos antigos, que realizavam suas viagens, seja em busca de novos conhecimentos ou descansos, como os povos do Oriente; seja pela ocorrência dos jogos olímpicos, como os gregos no século VIII a.C.; ou ainda, como os fenícios, criadores da moeda e do comércio (atividade econômica por natureza dinâmica e de intensa movimentação); ou em Roma antiga, com suas estradas e cidades urbanizadas utilizadas pelos viajantes que se deslocavam “em busca de satisfação e reconhecimento do poder que representavam para outras culturas” (BELTRÃO, 2001, p. 22).

Todavia, o desenvolvimento da atividade turística, na concepção acima descrita, se dará somente após a Revolução Industrial, quando os deslocamentos foram facilitados pela criação das ferrovias, possibilitando o transporte de pessoas ou grupo de pessoas em viagens nacionais, e em navios para viagens internacionais (BELTRÃO, 2001, p. 24).

Mais tarde, com o fim da I Guerra Mundial, os governos europeus lançaram investimentos para a construção de rodovias com a finalidade de facilitar o acesso entre os países. No setor de aviação, a primeira venda de pacotes aéreos ocorrerá em 1949. A vantagem de ser um transporte rápido e com tarifas mais baratas fez com que as companhias aéreas obtivessem 75% do mercado turístico, entre 1950 e 1960 (BELTRÃO, 2001, pp. 25-26).

Assim, com o acelerado desenvolvimento dos meios de transporte em decorrência dos avanços técnicos e tecnológicos pós-Revolução Industrial, verifica-se, já no final do século XX, que a atividade turística vai apresentar um amplo crescimento, configurando-se o setor turístico, neste mesmo período, como o primeiro da economia mundial (ANSARAH, 1999, p. 9).

A necessidade de qualificar esse crescimento para garantir a sua continuidade levará à segmentação do mercado turístico dentro de uma lógica taylorista-fordista, sendo esta segmentação fruto também de estudos das características dos clientes (ANSARAH, 1999, p. 9). Desta forma, é possível destacar o turismo cultural, o turismo religioso, o turismo de negócio, o turismo de saúde, o turismo da melhor idade etc.

Dentre os segmentos do turismo, há que se destacar o turismo de eventos, que segundo Dias (2003, p. 4) é um segmento originário da ligação dos eventos com a atividade turística, o qual apresenta características positivas, pois, além de gerar emprego e renda,

é uma área pouco atingida em época de crise; não depende do regime governamental; gera divisa e empregos; motiva investimentos e melhorias (centros de convenção, hotéis etc.); não é

influenciada pela sazonalidade da atividade turística; atinge e traz benefícios para todos os outros segmentos do turismo (DIAS, 2003, p. 4).

Realizar um evento pode contribuir na criação de emprego e renda para a comunidade receptora, visto que eventos podem atrair turistas, movimentando os meios de hospedagem e outras empresas que são favorecidas com a atividade turística do local (DIAS, 2003, p. 5).

Hoeller (1999, p. 78), ao citar os estudos de Ferreira (1997), ressalta os vários tipos de eventos, que podem ser classificados como culturais, comemorativos, musicais, esportivos, lançamentos de produtos ou serviços, dentre outros.

Neste espectro, o Festival, seja qual for a sua modalidade, se apresenta como um tipo de evento, muitas vezes com apresentações artísticas, com periodicidade regular ou não, “com o objetivo de competição, divulgação ou promoção comercial” (HOELLER, 1999, p. 79). Desta forma, os festivais constituem, na sua maioria, eventos de grande porte, com extensa e diversificada programação que movimenta grandes contingentes de pessoas, resultando, portanto, em importantes iniciativas para o fortalecimento do turismo local.

Dentre essas diferentes modalidades, destacamos aqui, para efeito do presente estudo, os festivais de cinema, que segundo Ferreira *apud* Cavalcanti et al. (2003, p. 137), surgiram no Brasil numa época em que o cinema brasileiro estava se desenvolvendo e se tornando conhecido.

O cinema e os festivais de cinema do Brasil

De acordo com Urzêda Filho (s.d., p. 4), a arte cinematográfica teve início entre o final do século XIX e o início do século XX. Diferentemente das demais artes – como a pintura, fotografia, música, teatro e literatura –, o cinema foi inventado no período burguês, sendo visto como “a arte burguesa por excelência” (URZÊDA FILHO, s.d., p. 4) e estando intimamente ligada à tecnologia, ciência presente no processo de dominação burguesa.

À época, o acesso à confecção de cópias dos filmes era relativamente fácil e a baixo custo. Desse modo, o cinema se estabeleceu como arte dominante, podendo ser difundido ao mesmo tempo em diversos lugares, para diversas pessoas, fato que contribuiu para a disseminação de ideologias (URZÊDA FILHO, s.d., p. 5).

No Brasil, a indústria cinematográfica inicia-se em 1896, quando houve uma propagação do cinema por todo o mundo, procurando repercutir no país as experiências cinematográficas internacionais, porém com temas e estilos criativos e originais (LEÃO *apud* ALMEIDA JUNIOR, 2001, p. 4).

A trajetória do cinema brasileiro pode ser dividida em quatro ciclos: a era Vera Cruz, na qual existia uma preocupação maior com a técnica, espelhando-se nos padrões de Hollywood; a era Atlântica, que foi voltada para o gosto popular e regional; a era Embrafilme, quando o cinema começou a ser enfatizado como uma indústria e não mais apenas como arte; e a era Pós-Embrafilme, que é caracterizada pelo renascimento do cinema brasileiro depois das crises geradas pelo Governo Collor^[3] (ALMEIDA JUNIOR, 2001, p. 4).

A década de noventa, que se inicia com a substituição no comando central do país em função do Impeachment do então presidente Fernando Collor e a assunção de seu Vice Itamar Franco, apresentou uma considerável alteração naquela conjuntura, fato que ficou conhecido como a “retomada” do cinema nacional. As produções que começaram a aparecer para o mercado a partir desse momento apresentavam a assimilação das inovações tecnológicas que possibilitaram maior viabilidade econômica, sobretudo para o avanço da qualidade técnica dos filmes, devido ao barateamento dos custos de excelência tecnológica.

Esse “ressurgimento” da produção nacional veio marcado pela pluralidade estética e pela presença significativa de produções de fora do eixo Rio-São Paulo-Minas, com destaque para o Rio Grande do Sul e para o Nordeste. Tendência esta que se confirmou após as implementações de políticas públicas para o setor pelo Governo Federal a partir de 2003 (ARAÚJO et al., 2012. Mímeo).

Nos últimos anos, o Governo Federal, através da SAV/MinC,^[4] desenvolveu e executou com sucesso ações para apoio à produção de curtas-metragens. Segundo a SAV, entre 2007 e 2010, foram lançados 30 editais que, com investimento de R\$ 500 milhões, permitiram a realização de 500 obras. Outras iniciativas nas esferas estaduais e municipais apoiaram a aquisição de equipamentos digitais e a formação de escolas de cinema.

Na atualidade, como resultado expresso desse novo momento, marcado pela ampliação da produção nacional e pela

[...] inclusão de regiões, antes fora do mapa de ação em apoio ao audiovisual, ocorre a presença nos festivais de cinema e nas TVs, de produções oriundas de estados que antes não tinham filmes premiados em editais ou selecionados para festivais de cinema (ARAÚJO et al., 2012. Mímeo).

Desta forma, configuram-se, os festivais, como importantes mecanismos de divulgação da produção audiovisual; especialmente no Brasil e passam a ser vistos como um “setor produtivo da cultura brasileira” (LEAL; MATTOS, 2007, p. 13). Nos festivais de cinema, além da exibição de audiovisuais, há também “formação, reflexão, promoção, intercâmbio cultural, diversidade, articulações política e setorial, reconhecimento artístico, ações de caráter social, geração de emprego e renda, além de um crescente ambiente de negócio” (LEAL; MATTOS, 2007, p. 13). Daí sua importância e inserção na sociedade.

Segundo Leal e Mattos (2007, p. 15), o primeiro festival de que se tem notícia no Brasil foi o Festival Internacional de Cinema do Brasil, ocorrido em São Paulo e tendo sua única edição em 1954. Em 1965, acontecia em Brasília a Semana do Cinema Brasileiro, que em 1967 passou a ser chamada de Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.

Outros festivais foram surgindo a partir da década de 1960, com destaque para o Festival de Cinema Brasileiro de Gramado, realizado pela primeira vez em 1973 (LEAL; MATTOS, 2007, p. 15) e considerado pela revista A Plateia (14/8/2007, Geral, p. 17) como o “maior evento cinematográfico da América Latina”.

Nos anos de 1975 a 1982, a cidade de Penedo/AL sediou o Festival do Cinema Brasileiro. Durante oito anos o evento foi realizado no Cine São Francisco, sempre na primeira quinzena do mês de janeiro, com duração de três a quatro dias. Seu encerramento coincidia com a Procissão de Bom Jesus dos Navegantes, evento religioso tradicional que se mantém até os dias atuais e que conta com uma extensa programação profana, atraindo àquela cidade ribeirinha grande contingente de pessoas.

A partir dos anos 90, o número de festivais de cinema no Brasil teve um amplo crescimento. Houve a realização destes eventos tanto nas capitais como no interior de diversos estados brasileiros, além da realização de festivais no exterior, “com destaque para o Festival do Cinema Brasileiro de Paris, o Festival de Cinema Brasileiro de Miami e o Brasil Plural, realizado na Alemanha, Áustria e Suíça” (LEAL; MATTOS, 2007, p. 16).

Segundo Leal e Mattos (2007, p. 27), até o ano de 2006 ocorreu a realização de 132 festivais brasileiros de cinema, 123 sediados no Brasil e nove no exterior.

A histórica Penedo e o Festival Brasileiro de Cinema

A cidade de Penedo, situada ao sul do Estado de Alagoas, às margens do rio São Francisco, constitui-se num dos primeiros núcleos de povoamento – junto com Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul (atual Marechal Deodoro) e Porto Calvo, na região Norte da Capitania de Pernambuco. Foi ainda durante a administração do segundo donatário daquela Capitania, Duarte Coelho de Albuquerque, e sob o comando deste, que uma bandeira “penetrou em alguns rios e seguiu até o São Francisco, chegando à penedia saliente da margem sul, que se ergue a beira das águas...”.^[5] Datada do século XVI, provavelmente de 1560,^[6] o povoado, fundado por Duarte Coelho Pereira, foi elevado à vila de São Francisco em 1636, passando, em fins do século XVII, a ser denominada Penedo do Rio São Francisco e convertendo-se em cidade em 1842. Dada a sua origem — nos primórdios do processo de ocupação europeia — a cidade preserva até os dias atuais um vasto acervo histórico e arquitetônico da época colonial:

a diversidade estilística presente no casario, igrejas, edificações oficiais e religiosas da cidade de Penedo, somada ao traçado de suas ruas, ladeiras e largos, narram sobre o seu processo de formação sócio-político-econômico e sobre a sua representatividade na cultura brasileira, que a incluiu como acervo patrimonial através de Tombamento Federal.[7]

Já no século passado, outro importante evento urbanístico que marcara o desenvolvimento de Penedo foi a construção do Hotel São Francisco (década de 1960), no qual também funcionava um cinema, que tinha por denominação Cine São Francisco. A criação do hotel marcou a “arquitetura moderna em Alagoas”, expressando seu desenho estilístico um contraste com os demais prédios seculares (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2009, p. 37). Outras edificações de influência modernista irão configurar a cidade como um importante representante desses dois estilos arquitetônicos: o Colonial e o Moderno.

Até início dos anos 70, a cidade constitui um importante polo de desenvolvimento regional, servindo de entreposto comercial. Penedo consistia numa das principais rotas de ligação (através de suas balsas) de todo o transporte terrestre de mercadorias vindas do sul para o norte do país, tornando-se um empório comercial estratégico para o escoamento da produção e para o abastecimento de toda a região da foz do São Francisco.

Naquela época o comércio de Penedo tinha todo o suporte no porto, as casas comerciais, principalmente de secos e molhados, se instalaram na mediação do porto [...] o dinheiro de Penedo realmente circulava, na região portuária, nas mãos dos marinheiros, gringos [sic], e de outras nacionalidades, inclusive brasileira... (JA: 1/12/1978, Suplemento Interior – Penedo Hoje, p. 13).

Contraditoriamente, a cidade de Penedo começa a declinar e a perder importância econômica, à medida que o progresso – aqui entendido como obras de infraestrutura – vai chegando à região. O primeiro grande impacto negativo na economia local é sentido com a construção e inauguração, em 1970, da ponte rododiferroviária que liga as cidades de Propriá (SE) e Colégio (AL). Esta ponte desviará o fluxo de veículos da cidade, “a interligação Norte-Sul será, agora, feita pela ponte sobre o rio São Francisco, entre os municípios de Propriá e Colégio” (REVISTA REFESA, 1972, jul./ago., p. 6). O promissor serviço de travessia até então feito pelas balsas de Penedo cai drasticamente, reduzindo-se a duas embarcações nos dias de hoje.

Outra importante obra para a região que trouxe reflexos também negativos para Penedo foi a construção da estrada que liga a cidade à Barra de São Miguel, passando por Coruripe, Feliz Deserto e Piaçabuçu. Estas últimas tinham na cidade de Penedo sua ligação com a capital, através da BR 101. Assim, todos os negócios da região passavam por Penedo, o que reforçava sua condição política e econômica como polo de desenvolvimento regional.

Passado algum tempo, veio o declínio do comércio propriamente dito, tendo em vista o surgimento de novas vias de acesso e a irradiação de novos meios de transporte, o que

prejudicou acentuadamente o movimento do porto e conseqüentemente a queda do comércio até então rentável e promissor (JA: 1/12/1978, Suplemento Interior – Penedo Hoje, p. 13).

Vivendo do brilho do passado, preservado no seu rico patrimônio edificado, a cidade tem, nos dias de hoje, como uma de suas opções para o desenvolvimento econômico as atividades vinculadas ao turismo, seja ao turismo cultural, por sua importância histórica e sua festa popular: a procissão do Bom Jesus dos Navegantes, seja pela indução ou resgate de outras atividades ou eventos, como o Festival Gastronômico (em sua quinta edição) e o recente Festival de Cinema Universitário, ambos promovidos pela Universidade Federal de Alagoas.

O Festival do Cinema Brasileiro – o contexto histórico

Como vimos, entre os anos de 1975 a 1982, Penedo sediou oito edições do Festival do Cinema Brasileiro. A segunda metade da década de 70 – quando ocorreu o I Festival – é marcada pela crise de legitimidade do regime discricionário implantado em 1964 e por sua incapacidade de resolver os problemas econômicos nacionais. Tal situação é agravada pelos efeitos da crise do petróleo, pela retração generalizada verificada nas grandes potências econômicas mundiais e, internamente, pelo crescimento dos setores da oposição política oficial, que ganharam maior força de atuação a partir das eleições parlamentares de 1974. Naquele pleito, o MDB[8] elegeu 20 senadores e mais de 40% da Câmara Federal.

O General Geisel (quarto governante militar do período), em meio ao agravamento da crise, assumiu o governo afirmando a necessidade da redemocratização do país, a partir de uma transição lenta e gradual, e sua atuação, nos primeiros meses de 1974, gera uma grande expectativa na sociedade. Nessa perspectiva, o jornal Gazeta de Alagoas, de forma otimista, analisava seu primeiro ano de governo:

... foi cheio de dificuldades, bons propósitos, atos de afirmação e atos de cautela. A se julgar porele (sic), são grandes as esperanças de que, quando encerrar o seu mandato, em 1979, o atual chefe do governo possa transmitir ao sucessor o País em plenitude democrática (GA, 27/12/1974).

Ao contrário das expectativas, os integrantes do regime defendiam a necessidade de flexibilização como forma de garantir maior longevidade ao governo militar, em face da desaprovação popular verificada nas urnas. O caráter conservador e discricionário do governo Geisel será reafirmado logo nos primeiros dias de 1976, quando o presidente assina

um decreto com base no AI-5, cassando os mandatos legislativos e suspendendo os direitos políticos por 10 anos dos deputados federal Marcelo Gatto (MDB – São Paulo) e do estadual paulista Nelson Fabiano Sobrinho, também do MDB (GA: 6/1/1976).

Outras cassações e atos ainda mais virulentos ainda estavam por vir. Em outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog é assassinado nos corredores do II Exército de São Paulo. O evento provocou grande insatisfação da sociedade e a reação de suas organizações civis, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Associação Brasileira para o Progresso da Ciência, o Comitê Brasileiro pela Anistia, as Comunidades Eclesiais de Base e a União dos Estudantes do Brasil.

As contradições que emergem na sociedade e a possibilidade de uma nova derrota eleitoral levam o governo a lançar o chamado “Pacote de Abril”, que fecha o Congresso, modifica a legislação eleitoral e amplia o mandato presidencial, que passou para seis anos. O Pacote garantirá a transição “lenta e gradual” desejada por setores das Forças Armadas. E ainda, uma última atitude irá explicitar o tom conservador da abertura política proposta inicialmente: ao final de seu mandato, Geisel revoga o AI-5 e, logo em seguida, confere ao próximo presidente o direito de decretar “estado de sítio” a qualquer momento.

Da forma como fora planejado pelos militares, estava aberto o caminho para a redemocratização, que terá no presidente João Batista de Figueiredo, sucessor de Geisel, o último dos generais do governo militar. Em seu governo, iniciado em 1979, grandes avanços ocorrerão em razão do recrudescimento das lutas e mobilizações sociais. Entre outros, destacamos as greves do ABC paulista. Outro momento significativo foi o movimento nacional por eleições diretas para presidente da República, denominado “Diretas Já”, pretensão derrotada no Congresso Nacional em 1984. A última eleição indireta, ocorrida em 1985, teve a vitória da chapa Tancredo Neves e José Sarney encerrando-se definitivamente o período conhecido como Ditadura Militar.

É exatamente nesse contexto histórico que ocorrem as oito edições do Festival Brasileiro de Cinema na cidade de Penedo. Por um lado, um ambiente de censura e ausência de liberdades de governos discricionários sob a égide da ditadura militar, e por outro, uma sociedade que começa a dar passos importantes rumo à democratização do país.

Com o objetivo de “despertar no povo alagoano o respeito pelas nossas tradições e o gosto pela preservação do nosso patrimônio histórico e artístico”, o evento será inaugurado pelo Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas durante o governo biônico de Divaldo Suruagy. Este governante se achava perfeitamente alinhado com as orientações ditadas pelo Planalto Central, daí ser obtido facilmente o patrocínio do DAC-PAC-MEC, do Instituto Nacional de Cinema-INC e da EMBRAFILMES.

Em documentário recente produzido por Luciana Fonseca e exibido na III Mostra Sururu de Cinema Alagoano, Francisco Alberto Sales, presidente da Casa do Penedo, afirma que a realização do Festival Brasileiro de Cinema em Penedo só foi possível graças ao envolvimento

de “pessoas do sistema, pessoas atreladas ao sistema vigente do momento”. Afirmou ainda não acreditar “que tivessem dificuldade nenhuma com a censura” (FONSECA, 2012, Doc.).

O cinema São Francisco e o Festival de Cinema Brasileiro de Penedo

Construído pela “Companhia Melhoramentos Penedo”, o Hotel São Francisco acolheu durante muitos anos o imponente cinema São Francisco, considerado uma das principais referências culturais da região. Detinha aquela histórica cidade uma posição de destaque com a realização dos festivais de cinema, atraindo para si os olhares e interesses dos amantes da Sétima Arte de diversas partes do Brasil (ARAÚJO, 2010).

De acordo com Lins *apud* Araújo (2010), o Cine São Francisco “não apenas humilhou Maceió às portas dos anos 60, mas deu um banho em todas as demais capitais nordestinas, passando a disputar o título de melhor (maior, mais luxuoso e mais moderno) cinema da Região com Recife, Salvador e Fortaleza”. Suas instalações vieram a “estabelecer um novo padrão de conforto em matéria de espetáculos cinematográficos, para as populações da progressista região” (REVISTA PHILI CIDADE, 1959).

A fim de “valorizar o acervo histórico e artístico de Alagoas” (GA: 31/12/1974), o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) propôs a criação do Festival de Cinema Brasileiro. O principal argumento para sua instalação naquela histórica cidade apoiou-se no fato de ela já se achar incluída no Plano de Recuperação das Cidades Históricas do Nordeste (implantado desde 1964), por possuir um rico acervo arquitetônico e por sua infraestrutura disponível para eventos dessa natureza (JA: 8/1/1975, p. 4).

A “vocação natural para o turismo”, dadas as belezas naturais e patrimoniais, além daquela majestosa obra arquitetônica voltada à Sétima Arte numa pequena cidade do interior, estimulou a direção do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura de Alagoas (DAC) a propor ações fomentadoras do turismo na região. “O Hotel e o Cine São Francisco [...] indicou-nos o caminho a seguir: um Festival de Cinema complementado por outras atividades culturais, com a finalidade de fixar o visitante na cidade” (GA, 31/12/1974).

Assim, objetivando “promover o cinema brasileiro; incentivar a realização cinematográfica em Alagoas [e] incrementar o turismo” (JA: 17/12/1975, p. 3), a programação do evento oferta uma ampla e diversificada grade de atrações artísticas e culturais, como podemos constatar no noticiário local:

Será iniciado [o I Festival Brasileiro de Cinema] com a exibição do filme alagoano “Pela Estrada da Violência”. Haverá todas as noites shows artísticos e a apresentação de folguedos folclóricos em palanques armados pela prefeitura nas principais ruas da cidade, além de exibição de filmes

nos cinemas São Francisco e Penedo, havendo ainda exposições de pinturas e esculturas de artistas alagoanos e de outros estados nordestinos (GA: 8/1/1975, Regional, p. 6).

Este será um dos diferenciais do Festival de Penedo: além da Mostra Competitiva de Super-8 produzidos, de início, exclusivamente por alagoanos, o evento promovia ainda outra mostra, não competitiva, de longa metragem nacional, associada a uma extensa programação artística. Já em sua primeira edição o Festival obterá uma grande repercussão no cenário local e nacional. “Durante quatro dias, Penedo esteve em festa, assistindo aos filmes do Festival, no Cinema São Francisco [...] Penedo também vibrou com a excelente programação cultural” (O Cruzeiro: 29/1/1975, pp. 20-21).

Diferente de todos os outros festivais de cinema realizados no Brasil, o festival de Penedo é uma espécie de evento popular, onde o cinema funciona como elemento convergente de outras manifestações culturais, que culminam com a famosa procissão fluvial do Bom Jesus dos Navegantes. Durante quatro dias, principalmente no sábado e domingo, a pequena e histórica cidade alagoana centraliza o que há de mais típico no Estado em matéria de folclore, festas populares e religiosas. Exposições de cordel, repentos, pastoril, reisado, guerreiro, teatro, corais e bandas formam um conjunto de manifestações onde os artistas do povo se misturam aos convidados criando uma aproximação quase familiar. Esse clima descontraído e nada sofisticado é, certamente, a motivação maior para a participação intensa em todas as atividades do Festival, principalmente o comparecimento maciço às sessões de cinema (O Globo: 1976).[9]

Entre os Festivais regionais se destaca amplamente o Festival Brasileiro de Cinema de Penedo. Destaca-se pela sua organização, pelo significado cultural advindos das mostras de arte popular e folclore realizadas paralelamente ao festival competitivo dos realizadores de Super-8 alagoanos (JA: 7/1/1977, Caderno 2).

A escolha e realização dos Festivais na pequena e interiorana cidade de Penedo também será alvo de críticas e tentativas de remoção para a capital do estado, numa quebra de braços que perdurou durante os oito anos de sua realização. Ora de forma velada, ora de forma explícita, a possibilidade da remoção do festival se apresentava. No entanto, não faltaram argumentos em sentido contrário. Em matéria publicitária do Jornal de Alagoas de 30 de novembro de 1975, intitulada “O Turismo desenvolvendo Alagoas”, a Empresa Alagoana de Turismo – EMATUR publica uma longa descrição de suas ações, limitações e intenções para o estímulo e desenvolvimento da atividade turística no estado de Alagoas. Inclui seu acervo e patrimônio artístico e cultural, e evidencia a deficiente infraestrutura existente em todo o estado de Alagoas para receber os visitantes.

Estamos nos ressentindo de equipamentos turísticos, notadamente no setor de hotelaria e da indústria turística complementar, tanto em Maceió como nas cidades-pólo de desenvolvimento. A rigor apenas Penedo, em todo o interior do Estado, oferece condições adequadas para alojar

relativos contingentes de visitantes, Fenomeno (sic) que em maior ou menor proporção, é registrado nas demais unidades federativas do Nordeste (JA, 30/11/1975).

Desta forma, o Festival Brasileiro do Cinema foi organizado na histórica cidade de Penedo. Coube a iniciativa ao Departamento de Assuntos Culturais (DAC) da Secretaria de Educação e Cultura de Alagoas, à época sob a direção de Solange Lages, contando com a parceria do Instituto Nacional de Cinema (INC), do Ministério da Educação, da Embrafilme e da Prefeitura Municipal de Penedo.

Já a partir de sua segunda edição, o Festival passará a ser coordenado pela Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR), mantendo os mesmos parceiros institucionais, dentre os quais a Universidade Federal de Alagoas, presente em todas as edições. Ao DAC, de agora em diante, competirá a coordenação da Mostra Paralela de Cultura, que, como vimos, constitui uma marca do Festival de Penedo em relação a outras iniciativas do gênero existentes no país.

Ao longo de suas oito edições, o formato de evento cinematográfico, de viés multicultural, em que convergiam as mais diversas formas de expressões artísticas, do “erudito” ao “popular”, se consolidará como forma e conteúdo de um festival de cinema atípico. Assim, reconhecido pelo seu pioneirismo por muitos, o evento também será alvo de críticas corporativas de setores do meio cinematográfico local, qualificando-o de “amontoado de atividades extra cinematográficas” (JA, 16/1/1980, Educação, p. A-8).

No decorrer de suas edições, o festival de cinema foi sofrendo algumas modificações, que buscavam seu aprimoramento e consolidação. Com duração de três a quatro dias, manteve como base comum em todos os certames uma mostra não competitiva de filmes de longa metragem, que contou com grandes lançamentos, na sua maioria em nível local. Mas também com lançamentos em nível nacional, a exemplo de “Confissões de uma viúva moça” de Adnor Pitanga (2ª Edição), “Bye bye Brasil” de Cacá Diegues (6ª Edição), “Prova de Fogo” de Marcos Altberg e “Pele de Bicho” de Pedro Camargo, ambos na sétima edição do festival. O interesse dos realizadores pelo Festival Brasileiro do Cinema de Penedo, promovendo seus lançamentos em escala nacional, naquele evento, revela o prestígio e a importância que o certame representava para o cinema nacional.

Desde sua primeira edição os principais meios de hospedagem da cidade esgotaram-se rapidamente; os hotéis encontravam-se lotados em decorrência do festival, que assim atingia um de seus objetivos, o de movimentar a cidade (GA: 13/1/1975). Mesmo festejado por seu bom êxito durante todos os dias da sua realização (JA: 14/1/1975, p. 5), a maior parte da população penedense não tinha conhecimento do evento, devido à pouca divulgação no estado e na própria cidade, voltada – a divulgação – sobretudo para o público externo (GA: 10/1/1975, Geral, p. 8).

De 8 a 11 de janeiro de 1976 realiza-se a segunda edição do Festival de Cinema Brasileiro, marcada também por grande êxito, tendo lotado a modesta rede hoteleira da cidade, verificando-se grande quantidade de barracas armadas no porto da balsa, como opção à escassa oferta de hospedagem. Aquela edição registraria um público estimado em mais de 20 mil pessoas (JA: 13/1/1976, p. 5). A mostra competitiva de Super-8 permanecerá voltada exclusivamente para cineastas alagoanos, pelo menos até a quinta edição, quando o Festival de Penedo tomará novos rumos.

Por outro lado, no que se refere à mostra alternativa de longa metragem em 35mm, verificaremos uma novidade: a Caixa Econômica Federal oferece uma premiação em dinheiro para o melhor filme segundo a preferência do público. O matutino Gazeta de Alagoas destaca em sua primeira página: “Júri Popular — Inovação do Festival Brasileiro de Cinema” (GA: 6/1/1976). Consta do texto da matéria: “pela primeira vez, haverá o julgamento popular das películas apresentadas, exemplo que doravante poderá ser seguido nos futuros festivais nacionais (GA: 6/1/1976, Caderno B).

De fato, ao que tudo indica, parece mesmo uma inovação, dentre os festivais de que temos notícias. O I Festival Internacional de Cinema do Brasil teve uma única edição, sem caráter competitivo. O Festival de Gramado, iniciado em 1973, só instituirá o prêmio de “Júri popular” a partir de 1984. A Jornada de Cinema da Bahia é iniciada também em 1973, sem esta categoria. A Mostra Internacional de Cinema, que ocorre em São Paulo desde 1977, inicia concedendo o “Prêmio do Público”, no entanto, sua 1ª edição só acontecerá em outubro daquele mesmo ano, quando já se encerrara o festival de Penedo. Tal iniciativa, apesar de seu ineditismo no evento de Penedo, não terá continuidade nas edições posteriores.

Diferentemente dos anos anteriores o III Festival de Cinema Brasileiro de Penedo, realizado de 6 a 9 de janeiro de 1977, foi alvo de severas críticas relacionadas à fragilidade de sua infraestrutura, agravada pela falta de energia, água e serviços de telefonia na cidade durante o penúltimo dia do evento. Além disso, mais uma vez constatou-se a falta de conhecimento da população penedense sobre o festival, após três anos; a exploração dos preços dos serviços prestados; o baixo número dos meios de hospedagens e de transporte entre Maceió e Penedo; a situação do Cine São Francisco, sem manutenção em seus equipamentos e com seu sistema de refrigeração quebrado, fatos que foram criticados pela imprensa alagoana e por alguns turistas (JA: 8/1/1977, p. 5). É em meio à crise da falta de água e energia, que o produtor Celso Alípio, de forma bem-humorada, sugere a transferência do festival para Maceió (GA: 8/1/1977, p. 7).[10] Essa questão será recorrente nas edições posteriores. Ora implicitamente, ora explicitamente vai se construindo uma rede de boatos, informações e contrainformações sobre uma possível transferência de sede do Festival.

No rol das críticas enfrentadas pela organização do III Festival do Cinema de Penedo, nem os convidados escaparam:

uma mescla de poucos homens de cinema, gente de TV (???) e de nada [...] vê-se uma inversão de lógica no sentido da promoção, pois o óbvio indica que, em objetivando incentivar a arte, pesaria muito mais a presença de diretores e produtores, ao invés de excesso de figurantes de “pontas” de filmes, pois bastaria uns poucos nomes fortes da imagem popular (JA, 11/1/1977, Caderno 2).

O sarcasmo e o rigor presentes na dura crítica a algumas personalidades convidadas para o evento e aos organizadores responsáveis por sua escolha serão cada vez mais evidenciados nas edições posteriores. As críticas são direcionadas, principalmente, à pouca ou nenhuma identidade desses convidados com a atividade cinematográfica e, no extremo, ao estrelismo ou “vedetismo exagerado de algumas atrizes” (GA: 13/1/1981, Local, p. 3), que apenas “se preocuparam em mostrar as suas belezas na piscina do Country Club” (GA: 11/1/1981, Local, p. 6), não participando das programações e, portanto, pouco contribuindo com o Festival.

Contudo, apesar dos atropelos, houve um aumento considerável no número de filmes inscritos na competição. Em 1975 foram apenas seis obras inscritas; em 1976, 13 obras; já em 1977 o número subiu para 20 filmes de curta metragem inscritos, estes avaliados como bem melhores do que os filmes do festival anterior. Fato que, segundo seus realizadores, comprovaria o sucesso do festival no que diz respeito ao estímulo à produção local.

A partir de 1978, em sua quarta edição, o Festival do Cinema Brasileiro de Penedo passou a ser realizado em três dias, prosseguindo desta forma até 1980. Naquele ano o evento já constava da programação de várias empresas de turismo que faziam excursões no Nordeste, o que mostrava sua repercussão no âmbito nacional (JA: 28/12/1977, p. 4). Neste mesmo ano houve uma queda no número de filmes inscritos para a mostra competitiva, em comparação com o ano anterior, contabilizando 14 filmes na competição (GA: 3/1/1978, p. 3).

No V Festival de Cinema Brasileiro de Penedo, foram inscritos 28 filmes na competição Super-8. Desses filmes, 15 foram selecionados para a mostra competitiva, o que gerou muita satisfação nos organizadores, porquanto alcançaram o objetivo de incentivar a prática cinematográfica em Alagoas (GA: 11/1/1979) Entretanto, os filmes Super-8 de 1979 só superaram os de 1978 em quantidade, uma vez que em termos de qualidade, segundo o crítico de arte Rui Sampaio, houve uma queda (GA: 16/1/1979, p. 9).

Na sua sexta edição, o festival dá um grande salto qualitativo. A mostra competitiva de curta metragem em Super-8 foi aberta para todo o Brasil, o festival passa a aceitar a participação de todos os produtores (dessa bitola) do país. Nesta edição, o festival conta com cerca de 40 filmes inscritos na mostra competitiva de Super-8 (GA: 10/1/1980, p. 9). Além disso, foram incluídos na programação a mostra, não competitiva, de filmes em 16 mm, e uma atividade somada à mostra de filmes em 35 mm (GA: 8/12/1979, p. 13), presente desde a primeira edição. Além disso, como forma de incentivo à produção local, foi criado o prêmio “Guilherme Rogato” para o melhor filme

produzido por cineasta alagoano, com premiação em troféu e uma quantia em dinheiro (JA: 13/1/1980, Educação, p. A-8).

Mas o fato de maior repercussão nesta edição foi o manifesto escrito por alguns participantes da mostra competitiva de Super-8, protestando contra a estrutura do festival (JA: 15/10/1980). O manifesto gerou discussões apaixonadas, resultando inclusive num “contramanifesto” que enaltecia e parabenizava a organização do evento, documento este redigido pelos “convidados” e apresentado à imprensa (JA: 16/1/1980).

Toda a agitação em torno da realização do VI Festival de Cinema Brasileiro de Penedo reacendeu a polêmica da transferência do festival para Maceió, com a justificativa de que Penedo já não disporia mais de estrutura para comportar um evento como este (JA: 24/1/1980, Educação).

Nos anos de 1981 e 1982 o Festival voltou a ser realizado em quatro dias. Em sua VII Edição, o Festival trará outra novidade: a mostra competitiva foi ampliada, contemplando filmes nas bitolas de 8 mm, 16 mm e 35 mm, fato que provocou a inscrição de cerca de 70 filmes, provenientes de dez estados diferentes do Brasil (GA: 4/1/1981, Local, p. 2). A ampliação da mostra competitiva dificultou a participação dos cineastas alagoanos, pois havia uma seleção prévia dos filmes, na qual permaneciam para competir principalmente os trabalhos de cineastas profissionais, dotados de recursos e financiamentos para a produção dos seus filmes (JA: 9/1/1981, Educação e Cultura, p. A-10). Foram apresentados apenas cinco filmes de quatro cineastas alagoanos (JA: 8/1/1981, Especial, p. B-5).

Com o sucesso da sétima edição, os rumores da transferência do festival de cinema para Maceió cessaram (JA: 20/1/1981, Municípios, p. B-4). No entanto, os problemas com a infraestrutura ainda persistiam, sendo um dos fatos mais graves a precária rede hoteleira de Penedo, que não suportava o fluxo de turistas, o que teria ocasionado a exclusão do festival de cinema das programações de várias empresas de turismo (GA: 20/1/1982, Geral, p. 5).

As duas últimas edições também foram marcadas pela manifestação pública dos produtores, através de documentos denominados “Carta de Penedo”, no qual os participantes do festival reivindicavam do governo brasileiro, entre outras coisas, “melhores condições para os cineastas [...]” (JA: 15/1/1981, Educação e Cultura) e mudanças para o evento, dentre outras questões (JA: 20/1/1982). Mesmo com o sucesso da mostra competitiva (JA: 20/1/1982, Serviço, p. B-7), ainda foi verificada a incidência de questionamentos quanto à infraestrutura da cidade (GA: 20/1/1982, Geral, p. 5). Mesmo com a persistência das críticas, a oitava edição – ampliada em seu formato e com sua estrutura organizativa mais elaborada –, ocorre normalmente e sua realização é considerada vitoriosa.

Assim, com a realização dos sucessivos festivais, em eventos que cresciam e se complexificavam a cada edição, o setor é tomado de surpresa ao final de 1982, ano de sua

oitava edição. Em dois de dezembro daquele mesmo ano, foi realizada uma reunião com a Comissão Executiva do Festival, que decidiu pela não realização do IX Festival de Cinema Brasileiro de Penedo, a ocorrer em janeiro de 1983. Como principal justificativa, apresentada em nota pública pela Comissão, através da EMATUR, estava a falta de infraestrutura da cidade para realizar um evento que só evoluía a cada edição, sendo observado o esgotamento da estrutura da cidade para comportá-lo. A realização de outros festivais na mesma época e a distância de Penedo a Maceió foram outros fatores que contribuíram, segundo a Nota, para o fim do festival de cinema (GA: 11/12/1982, Serviço, p. 2).

À guisa de conclusões inconclusas

Um dos principais objetivos da realização do Festival de Cinema Brasileiro de Penedo foi, como mencionado, incrementar a atividade turística (JA: 17/12/1975). Entre os desafios para alcançar tal objetivo, o maior foi modificar a imagem distorcida de Alagoas, construída pelos jornais do sul do país. O festival, segundo a repercussão constatada na mídia jornalística, conseguiu projetar uma imagem positiva de Alagoas, mostrando a cultura, a arte e a inteligência do seu povo para além do estado (JA: 1/1/1975, p. 5).

Nos dias de realização do evento, Penedo se transformou na “Capital do Cinema no Brasil” (JA: 15/1/1981). A movimentação na cidade também se deu com o grande número de turistas que transitavam pelas ruas de Penedo. Observava-se a chegada de caravanas de diversas localidades, que vinham participar do festival (GA: 6/1/1978, Caderno B, p. 5). Todo esse fluxo de turistas fazia com que Penedo deixasse “a sua habitual calma para dar lugar a barulhentas ‘motocas’ e a turistas risonhos e falantes” (JA: 14/1/1975, p. 5).

Além da rede hoteleira que, como já informamos, ficava lotada, os bares e restaurantes, prestadores de serviços de táxi, entre outros, também se beneficiavam com o festival de cinema. O evento atraía pessoas de todo o país, favorecendo também o comércio de Penedo, que nos dias do festival fechava um pouco mais tarde, no intuito de aumentar seu faturamento (GA: 9/1/1981, Local, p. 2).

No entanto, a frágil estrutura de hospedagem e de serviços de apoio ao turista, aliada à exploração de alguns setores, contraditoriamente agravadas pelo crescimento do certame, foram apontadas como causas para o encerramento do festival.

Não identificamos projeto algum de investimento público (municipal ou estadual), seja financeiro, seja em forma de estímulo à iniciativa privada, para aprimorar a infraestrutura turística da cidade ou da região. A ausência de uma política de investimentos em infraestrutura turística, podemos inferir, levou ao esgotamento completo da promissora, rica e diversificada experiência cultural vivenciada com a realização do Festival Brasileiro de Cinema de Penedo. Aos longo dos oito

anos de sua realização, o evento não estimulou, resultou em nenhum acréscimo à capacidade hoteleira no município, e a cidade voltava sempre ao seu ritmo normal e pacato, logo após a realização dos movimentados festivais.

Referências

_____. *Revista Philí Cidade*. Jul./ago. 1959. Nº 95.

_____. Turismo da Fronteira atrai inúmeros visitantes no Festival de Cinema de Gramado. *Jornal A Plateia*, Sant'ana do Livramento – RS, p. 17, 14 de agosto de 2007.

ALMEIDA JR., José Maria G. de. A Legislação e o Cinema Brasileiro. *Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados*. 2001. p. 4.

ARAUJO, Sérgio Onofre Seixas. Cine Artpopular: uma proposta de democratização do acesso ao cinema nacional em Alagoas. In: *Cultura e extensão universitária: democratização do conhecimento*/ Luciano Alves Onça, Eder dos Santos Camargo, Alexandre Piero (organizadores). – São João Del Rei, MG: Malta, 2003. 678 p.

ARAUJO, Sérgio Onofre Seixas. COSTA, Mac-Dawison Buarque Lins; MORAES, Antonio Carlos Leal de Moraes; MENDES, Hermano Figueiredo. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Cinema e Audiovisual. Universidade Federal de Alagoas – Penedo, 2012 (Mímeo).

BARBOSA, Rafael. *O Saldo da Glória*. Jornal Gazeta de Alagoas, Caderno B, Maceió, Domingo, 4 de dezembro de 2011.

BELTRÃO, Otto di. *Turismo: a indústria do século XXI*. Osasco: Novo Século, 2001.

CAVALCANTI, Mayse Cristina de Lima et al. Festival de Cinema do Recife como Lazer. Opção para uma população local? In: BAHL, Miguel (Org.). *Eventos: a importância para o turismo do terceiro milênio*. São Paulo: Roca, 2003.

DIAS, Edna Leite. Uso da criatividade para o setor de eventos. In: BAHL, Miguel (Org.). *Eventos: a importância para o turismo do terceiro milênio*. São Paulo: Roca, 2003.

FEITOSA, Águida Maria de Veiga. ARAUJO, Lindemberg Medeiro de. *Desenvolvimento no município de Penedo, Alagoas, Brasil: Em busca de novas territorialidades através do turismo no âmbito da globalização*. 2009. Disponível em: <<http://www.ifbae.com.br/congresso5/pdf/B0011.pdf>> Acesso em: 7 de dezembro de 2012.

FERRARE, Josemary Omena Passos. *Memorial descritivo para o projeto de restauração do “Sobrado dos Lessa”*. Maceió: UFAL/FAU, 2006-2007.

HOELLER, Elisete Helena. Turismo de eventos: Centreventos Cau Hansen de Joinville – SC. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). *Turismo: segmentação de mercado*. 6ª ed. São Paulo: Futura, 1999.

LEAL, A. MATTOS, T. *Festivais Audiovisuais: diagnóstico setorial 2007: indicadores 2006*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fórum dos Festivais, 2008.

MÉRO, Ernani. *Templos, Ordens e Confrarias*. Maceió: Sergasa, 1991. 376p.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO. *Mapeamento Cultural Cidades Históricas: Marechal Deodoro, Penedo e Piranhas – caminhos turísticos de Alagoas*. Alagoas: 2009. 85p.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE ALAGOAS. *Guia de Penedo*. Maceió/Penedo: Gráfica JB, ago. 2004. 94p.

URZÊDA FILHO, Osiris de. *História Visual em Goiás: modernidade e tradição*. Disponível em: <http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original_37_OsirisDeUrzedas_HistoriaVisualEmGoias.pdf>

> Acesso em: 5 de dezembro de 2012.

Jornais Pesquisados:

Jornal de Alagoas. Maceió, janeiro de 1974 a dezembro de 1982.

Jornal Gazeta de Alagoas. Maceió, janeiro de 1974 a dezembro de 1982.

Revistas:

O Cruzeiro. Penedo em tempo de Festival. Rio de Janeiro: 29/1/1975, pp.20-21.

RFFESA, Revista da Rede Ferroviária, 1972, julho/agosto, pp. 6-16.

Vídeos:

FONSECA, Luciana. Um filme que passou em minha vida. Documentário. Curta-metragem, 30min. Maceió, 2012.

Notas:

[1] Professor Assistente III da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). *E-mail:* sergio.onofre@yahoo.com.br

[2] Discente do Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). *E-mail:* andelli11@hotmail.com

[3] De inspiração neoliberal, sua gestão será marcada pela estagnação e desmonte das políticas públicas e da estrutura governamental, especialmente aquela voltada para o apoio ao cinema nacional.

[4] Optamos por utilizar apenas as siglas SAV e MinC, quando nos referirmos à Secretaria do Audio Visual do Ministério da Cultura e ao próprio Ministério.

[5] Organização Arnon de Mello.

[6] São divergentes, entre os historiadores do século passado, as indicações de datas no que se refere ao início do processo de ocupação daquele território. Para alguns historiadores, sua origem se deu em 1535, quando o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, realizou uma viagem com o intuito de reconhecer as terras sob a posse de sua Capitania. Em outra versão, defendida pelo historiador Craveiro Costa, diz-se que o povoamento se iniciou através da viagem feita por Duarte Coelho de Albuquerque, segundo donatário da Capitania de Pernambuco, no ano de 1560, a fim de expandir o domínio das terras de sua Capitania.

[7] A cidade foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional – IPHAN, através do Processo nº 1.201 – T86, portaria MINC nº 169/95, de 18/12/95.

[8] Nesse período a legislação eleitoral permitia a existência de apenas dois partidos: a ARENA – Aliança Renovadora Nacional (governista) e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro (que se colocava no campo da oposição), popularmente apelidados de Partido do Sim e Partido do Sim Senhor.

[9] A matéria foi reproduzida na íntegra no Diário Oficial do Estado de Alagoas de _____ de 1975 e, em parte, no Jornal de Alagoas de 29 de janeiro de 1976, 1º Caderno, p. 4.

[10] É a primeira vez, em nossa pesquisa documental, que aparece explicitamente e com interlocutor – mesmo que em tom de “brincadeira” – essa proposição.